







Jornal do SINTESP - Ano 2015 - Nº 268 - www.sintesp.org.br - Sede - S

4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (a) abordou diretrizes para a implementação da PNSTT

endo como tema central a "Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, Direito de Todos e Todas e Dever do Estado", em 2014 foi realizada a 4º CNSTT - Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora com o objetivo propor diretrizes para a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT). A conferência aconteceu ao longo do ano em três etapas: macrorregionais, estaduais e nacional. As etapas macrorregionais foram desenvolvidas até 30 de maio de 2014, ...

confira na p. 6













Índice

- 5 Regional Vale do Paraíba promoveu cursos técnicos em cidades da região
- 14 Centrais Sindicais alertam Governo de que MPs prejudicam direitos sociais
- 16 Diretoria da Diversidade do SINTESP participou do 4º Divino Encontro
- **17** CAS aprova aposentadoria especial mesmo com uso de EPI
- **18** Supremo suspende lista suja do trabalho escravo e causa polêmica
- **20** Pesquisa avalia qualidade de perícias médicas na Justiça do Trabalho
- 22 Meio Ambiente Crise hídrica exige medidas urgentes para o consumo racional da água
- 22 Campanha Associativa 2015

HIGIENE OCUPACIONAL FOI TEMA DE EVENTO PROMOVIDO PELA REGIONAL CAMPINAS

confira na p. 4

SINTESP FIRMA CONVÊNIO QUE CONCEDE DESCONTOS NA COMPRA DE EPIS

confira na p. 15

REGIONAL ABCDMRR REALIZOU SÁBADO DE CAPACITAÇÃO PARA TST'S

confira na p. 4

SINDIQUÍMICOS REALIZOU A 3ª OFICINA DE ESTUDO DE SAÚDE

confira na p. 16

GRCS - Contribuição Sindical / 2015

confira na p. 11



O conteúdo da edição digital pode ser acessado em até quatro equipamentos, independente da plataforma utilizada. As plataformas de acesso são IOS, Android ou web.

As edições individuais poderão ser acessadas em até 60 dias da data da compra.

As edições que integram uma assinatura digital ou uma assinatura digital + acervo poderão ser acessadas durante os meses que integram o período da assinatura. Caso a assinatura digital ou a assinatura digital + acervo não seja renovada, o acesso encerra no último dia do mês de encerramento da assinatura.

Proteção Digital, assine agora e garanta acesso full time a cada edição.

A Revista Proteção Digital apresenta o mesmo conteúdo da versão impressa em multiplataformas que podem ser acessados em vários dispositivos. Adquira edições individuais ou assine por 12 ou 24 meses e tenha ao seu alcance o melhor conteúdo de Saúde e Segurança do Trabalho a qualquer hora e lugar.

Você ainda pode adquirir o acervo digital da revista Proteção desde 2004.

Os assinantes da versão digital podem adquirir o acervo e acessar os últimos 10 anos da Revista Proteção. São 120 edições com tudo o que aconteceu no Brasil e no mundo, sobre Saúde Ocupacional. Potencialize seu conhecimento, consulte as páginas das edições que registram a evolução do prevencionismo brasileiro.

CONTEÚDO COMPLETO PROTEÇÃO



MULTIPLATAFORMAS

www.lojavirtualprotecao.com.br assinaturas@protecao.com.br Fone (51) 2131.0400 PROTEÇÃO
QUEM LÊ DECIDE









Marcos Antonio de Almeida Ribeiro Presidente do SINTESE

Demandas do setor de SST requerem união de forças e mais ação dos TSTs

arl Marx diria que a história da sociedade até aos nossos dias é a história da luta de classes. Mas também há de se considerar a sabedoria de Napoleão Bonaparte que afirmava 'Todo o homem luta com mais bravura pelos seus interesses do que pelos seus direitos', E. assim, caminha a humanidade, assim caminha nossa categoria profissional.

Tem se tornado cada vez mais difícil unir forcas para que, em conjunto, alcancemos, após dias de luta, nossas conquistas. O que temos presenciando é que a luta de classes tem diminuído... mas, por interesse pessoal. aumentado; os de classe unem; as individuais segregam.

Neste inicio de ano temos demandas de luta de classe. A dúvida é se teremos a capacidade de união e fazer frente aos desmandos desse Governo que, reeleito, tem, de imediato, retirado algumas conquistas da classe trabalhadora desse País. Ouanto ao Ministério do Trabalho continuamos penando referente à discussão nas Normas Regulamentadoras, principalmente NR04, NR18 e NR01. Será que teremos a capacidade de unir forças para libertar o MTE da pressão que os empregadores fazem e da incompetência de alguns cargos lá tão presente?

Quanto a nós, Técnicos de Segurança do Trabalho, digamos o que nos aflige profissionalmente!

Talvez o desemprego, uma vez que em nosso Estado a empregabilidade do Técnico de Segurança do Trabalho não tem crescido. Nossa visão para isso é que a empresa não tem cumprido a NR 04, que trata do dimensionamento; outras têm terceirizado mesmo quando não podem, algumas possuem colegas Técnicos de Segurança do Trabalho fantasma. E a sua visão? Diga-nos.

Talvez, o piso salarial? Muitas empresas insistem em remunerar abaixo do piso e, para isso, fazemos a intervenção junto à mesma e se não obtermos êxito encaminhamos para o MTE e/ou ajuizamos ações trabalhistas. E para você? O que deveríamos fazer? Diga-nos.

Estamos prestes a realizar nossa Convenção de Diretoria, na qual analisamos e replanejamos as ações para melhor representar a categoria e sua participação neste momento e, durante todo o ano, é muito importante. Logo depois começamos a negociar o Piso Salarial da Categoria. e, embora tenhamos o maior salário no País, temos tido reclamação de alguns colegas, desta forma, seria muito importante que participassem da Convenção, pois, assim, quem sabe não poderemos avançar, com mais cabeças pensantes.

Considerando os pensamentos de Karl Max e Napoleão Bonaparte descritos acima, acreditamos que não nos resta opção. Precisamos unir forças, afinal, a luta de classes é que fará diferença para todos, inclusive aos seus interesses pessoais, ao contrário é só uma luta e um resultado: o da derrota.











Ano 2015 - N° 268 - SEDE - SP - www.sintesp.org.br

EXPEDIENTE Publicação do Sindicato dos Técnicos

de Segurança do Trabalho no Estado de São Paulo Sede: Rua 24 de Maio, 104 - 5º andar - República Centro - CEP 01041-000 Tel, 11 3362-1104 - sintesp@sintesp.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Dir. Presidente: Marcos Antonio de A. Ribeiro Diretor Vice-Presidente: Laércio Fernandes Vicente Diretor 1º Secretário: Sebastião Ferreira da Silva Diretor 2º Secretário: Wagner Francisco De Paula Diretor 1º Tesoureiro: Élcio Pires

Diretor 2º Tesoureiro: Rene Alves Cavalcanti

Diretor Exec. Estadual: Armando Henrique

DIRETORIA ESTADUAL

Titulares: Adonai Gomes Ribeiro, Heitor Domingues de Oliveira, Cosmo Palasio de Moraes Jr., Jorge Gimenez Berruezo, Tânia Angelina dos Santos, Luiz de Brito Porfírio e Valdizar Albuquerque. Suplentes: Milton Perez, Adenias Santos Silva, Altair Teixeira (em memória), Eduardo Neves da Silva, Rogério de Jesus Santos, Paulo Roberto de Visqueiro. Laércio Sabiru Custodio.

VICE-PRESIDENTES REGIONAIS

ABCDMRR: Luiz Carlos Crispim Silva, Ribeirão Preto: Evaldir Jesus de Morais. Vale do Paraíba: Jacy Pitta. Campinas: Luiz Alberto Prado Corrêa, Santos: Paulo Sérgio Novais. Sorocaba: Valdemar José da Silva. Pres. Prudente: Claudio Pereira de Lima, S. J. do Rio

Preto: Maria Helena Alves T. Gomes. Osasco: Julio Jordão. Guarulhos: Selma Rossana Silva.

CONSELHO FISCAL

Titular: Mirdes de Oliveira, Homero Tadeu Betti, José Antonio da Silva

Suplentes: Paulino Gama Gregório da Silva, Nelson Matias Pereira, Ismael Gianeri.

COORDENAÇÃO DO JORNAL

Comunicação e Marketing Diretor Responsável: Valdizar Albuquerque. Fotos: Arquivo SINTESP Jornalista Resp.: Sofia Conceição - MTb 28.703 Estagiária de Jornalismo: Vanuza Amorim Rocha Diagramação: Alexandre Gomes (allgomes@uol.com.br) Comercial/Publicidade: Heitor Domingues

(heitor@sintesp.org.br) CTP/IMPRESSÃO: Gráfica Seven



Regional SINTESP em ação

Regional ABCDMRR realizou Sábado de Capacitação para Técnicos de Segurança do Trabalho

Regional ABCD-MRR do SINTESP realizou, no dia 24 de janeiro de 2015, o 1°. Encontro dos Técnicos de Segurança do Trabalho, evento promovido, mais uma vez, em parceria com a Escola Senac de Santo André. situada no

município de Santo André, SP. O encontro teve como tema: Sábado de Capacitação Didática Pedagógica para Instrutores e contou com a presença de, aproximadamente, 180 profissionais entre Técnicos de Segurança do Trabalho e estudantes do setor.



A palestra técnica ficou por conta do Professor Misael José Pascoal, que é também Técnicos de Segurança do Trabalho, educador pedagógico e consultor especializado em treinamentos para formação de instrutores. O encontro

também contou com diversas personalidades, como o presidente do SINTESP. Marcos Antonio de Almeida Ribeiro, o Marguinhos; e Luiz Crispim, diretor vice-presidente da regional ABCDMRR; do Secretário da OAB de Diadema, Edvaldo Aparecido Lubeck, que é também o novo parceiro que dará apoio e assistência jurídica aos profissionais técnicos da região do ABCDMRR, já a partir do mês de fevereiro. "Dr. Lubeck também compôs a mesa com as demais autoridades presentes e falou ao público sobre a nova parceria e sua importância para ajudar juridicamente os profissionais da região", contou Crispim.

Segundo ele, o evento também teve a participação voluntária dos colaboradores Michael Brigatti, Gabriel Qualiato, Fernando Lourenço Santos e Rosemeire Bispo dos Santos, que se encarregou da cobertura das fotos do evento. Para a composição da mesa foram convidados Marquinhos; Crispim; Ligia Caravella, coordenadora do curso TST do Senac de Santo André; dr. Lubeck; Sílvio, representante da empresa patrocinadora do evento, Grupo Saúde e Vida.

Como patrocinadores do evento, Crispim conta que além do Grupo Saúde e Vida,



a Regional ABCDMRR

contou com as participações do Grupo Proseg Assessoria em Segurança do Trabalho; Instrutemp Equipamento de Medição e da Coffee-Show locação e vendas de máquinas para café expresso. "Iremos realizar outros grandes eventos na região do ABCDMRR, no decorrer do ano de 2015, bem como cursos de todas as modalidades para formação e especialização técnica", informou.

Na ocasião, houve a distribuição de vários brindes aos participantes, todos doados pelas empresas parceiras.

Higiene Ocupacional foi tema de evento promovido pela Regional Campinas em comemoração ao Dia do TST

evento realizado pela Regional Campinas do SINTESP, no dia 27 de novembro de 2014, no hotel L'Hirondelle, em comemoração do Dia do Técnico em Segurança do Trabalho teve como tema principal "Introdução a Higiene Ocupacional". O encontro, organizado pelo vice-presidente da Regional Campinas, Luiz Corrêa; e o diretor Paulo Visgueiro, começou com uma palestra motivacional ministrada pelo professor Adilson Marinelli, da empresa Noslidam, com o tema "Como saber administrar

seu sucesso pessoal e profissional".

Logo depois foi a vez do professor e colaborador do SINTESP, Jorge Gomes, entrar em ação. Autor do livro Ciber Preview, o impacto da Cibernética na Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, o





professor ministrou palestra sobre Higiene Ocupacional, com foco nos anexos da NR 15 (Atividades e Operações Insalubres), que tratam sobre ruído, calor, frio, vibração, radiações, entre outros.

Os técnicos ainda tiveram a oportunidade de participar de um workshop gerenciado por Alex Kawahira, da empresa Instrutemp. Na ocasião foram mostrados instrumentos de medições aos presentes e ensinado como usar cada um deles.

O vice-presidente da Regional Campinas, Luiz Corrêa (acima, de gravata), e Jorge Gomes (ao lado, de camisa clara), proporcionaram a troca interativa de informações com os participantes e parceiros do evento



A empresa PlacasOnline

foi uma das apoiadoras do evento e recebeu elogios pela iniciativa. "O evento foi excelente. A Placas Online está de parabéns por ter a percepção de que segurança é um item indispensável em nosso meio e apoiar eventos como esse", destacou Taís Fernandes, TST e supervisora de atendimento da empresa. •

Regional Vale do Paraíba promoveu cursos técnicos em cidades da região

m dezembro último, a Regional Vale do Paraíba do SINTESP promoveu três seminários nas cidades de São José dos Campos, Taubaté e Guaratinguetá com o objetivo de ajudar na disseminação técnico-informativa para o setor prevencionista dessas localidades. Nos dias 15 a 19/12 e 19 a 21/12 foram realizados os cursos "Instrutor de Segurança Espaço Confinado" e "Instrutor de Segurança Trabalho em Altura", com o especialista Carlos Alberto Franco. E, entre os dias 12 e 20/12 ocorreu o curso "Instrutor de Segurança Operador de Empilhadeira", com a participação do palestrante Benedito Pedro Alves.

Jacy Pitta, vice-presidente da Regional Vale do Paraíba, informou que os três cursos contaram com 310 participantes entre profissionais do setor de SST, estudantes e Técnicos de Segurança do Trabalho. "Abordamos esses temas específicos porque ainda há muita procura de informação na região", disse. Por isso, as empresas têm participado ativamente desses encontros. Pitta explica que alguns desses eventos são realizados em dias normais de trabalho e as empresas têm cooperado liberando seus funcionários, pois sabem que é para aprimoramento de seus conhecimentos e aplicação efetiva nos ambientes de trabalho.

Visando o apoio social, os seminários também contaram com a arrecadação de alimentos. Os parceiros do SINTESP Vale nestes eventos foram

a BS Cruz e a HSE. No workshop de São José dos Campos foram arrecadados 360 Kg de alimentos e em Taubaté foram arrecadados 150 Kg, que serão doados para instituições de caridade dos municípios.

Com temas que abordaram, por exemplo, Espacos

com ternas que abordaram, por exemplo, Espaços Confinados e Trabalhos em Altura, a Regional Vale do Paraiba ajudou a arrecadar alimentos para doação à entidades de caridade dos

municípios

GESSTVAP realizou 1ª reunião do ano para formação de grupo de SST



Jacy Pitta (foto) informou, para o Jornal Primeiro Passo, que no dia 24 de novembro de 2014, ocorreu a primeira reunião do GESSTVAP (grupo de trabalho de SST presencial) para a formação do grupo que irá auxiliar na formação e aperfeiçoamento profissional na área de segurança e saúde no trabalho. O objetivo é formal e técnico, visando trazer informações atualizadas aos profissionais da área e ramificar todo o Vale do Paraíba. A reunião contou com a presença de profissionais da área de segurança e do SINTESP, que está apoiando a formação desse grupo.



special

4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora abordou diretrizes para a implementação da PNSTT

endo como tema central a "Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Direito de Todos e Todas e Dever do Estado", em 2014 foi realizada a 4ª CNSTT - Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora com o objetivo propor diretrizes para a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT). A conferência aconteceu ao longo do ano em três etapas: macrorregionais, estaduais e nacional. As etapas macrorregionais foram desenvolvidas até 30 de maio de 2014, e as estaduais. até 30 de junho, com a missão de subsidiar as discussões e deliberações para a etapa nacional que ocorreu entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2014, em Brasília, DF. O tema central desta edição visou orientar as discussões em todas as etapas, quiadas pelo Eixo Principal "A Implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora" e quatro sub-eixos:

- I O Desenvolvimento sócio-econômico e seus Reflexos na Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora:
- II Fortalecer a Participação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, da Comunidade e do Controle Social nas Ações de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora:
- III Efetivação da Política Nacional de Saúde e do Trabalhador e da Trabalhadora, considerando os princípios da integralidade e intersetorialidade nas três esferas de governo; e
- IV Financiamento da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, nos municípios, estados e União.

De acordo com Geordeci Souza, coordenador da 4ºCNSTT, foi uma grandiosa Conferência, com muitos avanços e conquistas para a classe trabalhadora brasileira. Na finalização desta 4ª

edição, em Brasília, durante os quatro dias mais de 1.500 pessoas participaram do evento. A Conferência teve uma dinâmica nova, depois de nove anos desde a realização da última discussão sobre a saúde do trabalhador e trabalhadora no Brasil, Neste ano, os participantes tiveram oportunidades de discussões nas 12 palestras intituladas "Diálogos Temáticos", voltadas para as propostas estaduais e outras 12, denominadas "Diálogos Transversais", que discutiram assuntos que não apareceram nas resoluções estaduais. Os temas abordados foram: Participação e Controle Social, Vigilância em Saúde, Gestão do Trabalho no SUS, Saúde Mental e Trabalho, entre outros. A 4aCNSTT, segundo Souza, tam-

bém foi mobilizadora, e realizou no Brasil 172

conferências macrorregionais, 26 conferências estaduais e uma distrital, além da consolidação de mais de 200 propostas que foram discutidas.

A solenidade de abertura da 4º

Conferência contou com a presença de Chioro, ministro da Saúde, e

demais autoridades ligadas à área

da Saúde de diversos Estados

A Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora é planejada e organizada metodologicamente, pelo CNS - Conselho Nacional de Saúde. Assim, Souza explicou que as





resoluções dessa conferência, servirão de quia para a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora em todo o país. A política conta com a Renast - Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador, que é composto pelos Cerest's - Centros Estaduais e Regionais de Referência em Saúde do Trabalhador (a).

Souza destacou como importante decisão da Conferência, a proposta de ampliação dos Cerest's, que hoje são 210 unidades habilitadas no Brasil, e pela resolução da Conferência deverá passar a funcionar nas 467 regionais de saúde por todo pais. Os delegados e delegadas da 4ª CNSTT aprovaram também critérios mais democráticos para a composição e funcionamento dos Centros Estaduais e Regionais de Referência em Saúde do Trabalhador (a), como por exemplo, a exigência de concurso público para os servidores que compõem esses centros. "É como se estivéssemos refundando o Cerest", disse Souza.

Durante a 4ª CNSTT, com a participação ativa de trabalhadores, usuários e gestores, dentre eles a do Ministro da Saúde Arthur Chioro, os delegados e delegadas discutiram processos de trabalhos saudáveis, o que pressupõe - entre outras coisas - o estabelecimento e adoção de parâmetros protetores da saúde dos trabalhadores nos ambientes e processos de trabalho e a contribuição na identificação e erradicação de situações análogas ao trabalho escravo e de trabalho infantil

A Conferência também aprovou resoluções de competência de outros ministérios, como Educação, Previdência e Trabalho. Segundo Souza, essas resoluções serão encaminhadas para os referidos ministérios, para suas implementações.

A presidente do Conselho Nacional de Saúde. Maria do Socorro de Souza, afirmou durante um Ato Político contra os agrotóxicos, realizado na 4ªCNSTTT, que hoje, os agrotóxicos são os maiores causadores de doenças na população brasileira. Segundo ela, "temos que definir uma posição clara de questionar o modelo produtivo e o impacto dos agrotóxicos na população". O Ato Político encerrou-se com um grito de guerra proclamado por todos da plenária: "A nossa luta é todo dia, porque saúde não é mercadoria!".

A 4ª CNSTT também foi um momento para que o Ministro da Saúde entregasse ao CNS o Decreto da Presidenta Dilma Rousseff, convocando a 15ª Conferência Nacional de Saúde. que acontecerá nos dias 23 a 26 de novembro de 2015, em Brasília-DF. Segundo Maria do Socorro. presidente do CNS, a Conferência de Saúde do Trabalhador, já foi uma etapa de discussão da 15ª CNS, assim como as atividades que

Jornal do SINTESP - Ano 2

ocorrerão no próximo ano decorrentes da 4ª CNSTT (denominada de devolutivas).

Conforme Souza, a plenária final da Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, definiu garantir que a discussão, em conferência da saúde do trabalhador, acontecerá periodicamente de quatro em quatro anos.

Participação do setor prevencionista

O Jornal Primeiro Passo, ciente da importância da conferência para ampliar as ações em prol da prevenção nos ambientes de trabalho, entrevistou alguns especialistas que estiveram presentes no evento. O Técnico de Segurança do Trabalho, Renato de Jesus Santos, assessor

Técnico de Segurança do Trabalho na UGT; e coordenador de Saúde e Segurança do Trabalho no Sindicato dos Comerciários de São Paulo, destacou como diferencial nesta conferência o volume de participantes, que entre delegados convidados e organização, durante os dias de conferência transformaram em realidade a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora – PNSTT, instrumento de direito dos trabalhadores, garantindo mecanismos da Lei para a negociação e intervencão além de poder definir o processo do trabalho no cená-

rio econômico, ambiental e social nos municípios e em todos os estados da federação.

Conforme ele, a UGT esteve presente em todas as conferencias desde a Municipal, Estadual e Nacional. "Sabemos da nossa responsabilidade em acompanhar e participar do controle social, sempre estaremos compromissados com a saúde e segurança dos trabalhadores, atuando em conjunto com todos os atores do controle social com objetivo de implantar diretrizes organizacionais do trabalho",

a importância da conferência para trocar informações com prevencionistas de todo o país destacou. Para ele, o modelo de desenvolvimento do governo e das esferas envolvidas avançaram e na 4ª CNSTT estavam presentes Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social e a Sociedade Civil de todos os Estados da Federação e tendo como elemento de discussão principal a saúde do trabalhador (a), debatendo de for-

ma ampla as questões relacionadas aos pro-

Renato, da UGT (em destaque acima), ressaltou

cessos e condições de trabalho e as formas de intervenções diretas em situações de risco e vulnerabilidade tanto para trabalhadores (as) de empresas privadas quanto trabalhadores do serviço público nacional.

Rogério de Jesus, diretor do SINTESP e assessor da Secretaria Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador da Força Sindical, julgou que o diferencial nesta edição é que nessa conferência tivemos como base uma política de saúde do trabalhador constituída e com plano de ações a serem debatidos e

avaliados, coisa que nas outras a política era um objetivo a ser alcançado! "Infelizmente ainda não se tem um predomínio técnico, com propostas paliativas, a fim de amenizar a necessidade de recursos humanos e diálogo entre as esferas de governo, bem como uma deficiência de contrapartida por partes das outras esferas envolvidas", avaliou.

Em termos de propostas, Renato, da UGT, conta que, como delegado representando o seguimento usuário no Conselho Estadual



Rogério, da Força Sindical: "Nó, TST's, podemos ajudar dentro das empresas, pois ainda há muitos técnicos e empresas que desconhecem o papel do SUS em saúde do trabalhador



de Saúde de São Paulo- CES-SP, durante a preparação para a 4º CNSTT, os participantes identificaram 12 propostas de âmbito nacionais prioritárias para implementação da saúde do trabalhador (a) tendo como base das mesmas os sequintes temas:

- Apoiar o projeto de lei para aplicação dos 10% da recita bruta da União para o financiamento do SUS;
- Regulamentação das 30 horas semanais para todos os trabalhadores da saúde, sem reducão salarial:
- Instituir a semana da saúde do trabalhador (a) em todas as esferas do governo;
- Transparência nos dados da Previdência Social e Agência Nacional de Saúde Suplementar e outros que se façam necessários à saúde do trabalhador (a);
- Capacitação permanente dos trabalhadores (as) do SUS, conselheiros (as) de saúde, representantes dos movimentos sociais e sindicais;
- Ampliação da notificação de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho;
- Implantação de plano de carreira para os trabalhadores (as) da saúde;
- Garantia de participação dos representantes da saúde nas instancias de elaboração e implantação das políticas para o desenvolvimento econômico em todas as esferas do governo;
- Estabelecer Programa de Vigilância e Assistência em Saúde Mental:
- Reestruturação e a garantia a autonomia da Vigilância Sanitária com equipe concursada e qualificada;
- Criar, implantar e implementar a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador — CIST nos conselhos de saúde nos municípios sede do CEREST;

Além disso, eles quiseram garantir a participação das Centrais Sindicais e Sindicatos de Trabalhadores, na formulação e acompanhamento da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

"Dizer que a 4ª Conferência atingiu seu objetivo ainda é cedo, pois ela é um espaço de apresentação e aprovação das propostas que foram construídas por representação de todo território brasileiro, e que dentre essas propostas muitas divergem sobre o modelo de diretriz. portanto só se considera objetivo alcançado quando as resoluções que saem dessa conferência tomam caráter de políticas publicas em todo território brasileiro. Considero que a dificuldade está justamente nesse ponto, pois nosso território é dividido por estados e municípios, onde em cada um desses se tem um modelo de governo, e cada um desses Governos interpreta de uma forma a importância da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora", observa Rogério, da Força.

Conforme ele, a Conferência e a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora não define plano de ação, elas ditam diretrizes que cabe cada território desenvolver o plano de ação que ela seja implantada, por isso é difícil avaliar se alcançou ou não o objetivo, pois exite sempre uma dependência do Governo local e da pressão que faz o controle social para que em seu território a coisa aconteca.

Sobre a questão de que a implementação dessas diretrizes são suficientes para atender as carências dos trabalhadores e/ou atendem a realidade dos ambientes de trabalho, a opinião de Renato, da UGT, considerando todas

as resoluções apresentadas, a implementação das mesmas servirá para acrescer estas diretrizes no mundo do trabalho e com o avanço constante do processo laboral devemos constantemente implantá-las e acompanhar os resultados sobre a Saúde e Segurança dos Trabalhadores. "Toda proposta de



prevenção, estruturação e melhorias voltadas à saíde e segurança dos trabalhadores (as) devem ter prioridades no mundo dos trabalhadores (as) e suas aplicabilidades sempre serão bem-vindas", disse.

Considerando o cenário que temos hoie. Rogério, da Força, diz que a política atende as carências dos trabalhadores, pois nossa maior deficiência ainda é a subnotificação de acidentes e doencas do Trabalho e banco de dados mais amplo com diagnósticos mais detalhados e que não seja somente a partir da concessão de benefícios como é o que temos hoie em vigor no Brasil, Entretanto, por outro lado, ela não atende a realidade dos ambientes de trabalho porque não foi criada para isso, "Essa Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (foi instituído pela Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012 pelo ministério da Saúde), já a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (Instituída pelo Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011 pela Presidência da Republica.), portanto a Política debatida na 4ª CNSTT é de exclusividade do Ministério da Saúde e tem como obietivo principal estruturar toda a rede do SUS para a abordagem em saúde do trabalhador, ou seja, desde um Posto de Saúde na periferia até um hospital de alta complexidade deverão ter em seus







A mais nova publicação especializada em Segurança e Saúde do Trabalho reúne a credibilidade do SINTESP e o desempenho de vários órgãos e entidades prevencionistas em um só espaço e, o melhor: a um investimento que cabe em qualquer bolso.

As editorias que contemplam a Segurança do Trabalho, Medicina do Trabalho, Higiene Ocupacional, Meio Ambiente e Sustentabilidade, entre outras notícias diversas do setor prevencionista, atualizadas e de relevância são importantes instrumentos para atualização e investimento no aprendizado constante o qual se faz necessário em um setor tão competitivo.

Assine a Revista 2º Passo

Como	Assinatura para	Assinatura para não Associados ao SINTESP	
Adquirir	Associados do SINTESP	Mais Associativa	Somente a Revista
01 ano	Valor de R\$ 35,00	Valor de R\$ 100,00	Valor de R\$ 70,00
04 edições	Código 01	Código 02	Código 03

Para realizar a assinatura, o interessado deve enviar:

Nome completo, RG, CPF, Endereço completo de correspondência, Telefones (fixo, celular, comercial se houver) e o Código (01, 02 ou 03) referente à opção para o e-mail comunicacao@sintesp.org.br

procedimentos a abordagem para identificar se a doença e ou o acidente do qual o paciente apresenta tem relação ou não com o trabalho, e, caso positivo, a rede deverá notificar, através de um sistema que já existe no SUS", exemplifica ele. "Sou totalmente a favor e sempre defendi esse modelo, pois tenho claro que saúde do trabalhador se faz com o envolvimento de todos os órgãos de Governo, não é exclusividade do Ministério do Trabalho, até porque cada um desses atores de governo tem papel específico a ser desenvolvido", complementa.

Rogério ainda destaca que as propostas que envolvem a ampliação dos Cerests são bem-vindas, pois os centros são ferramentas importantes que se somam na luta pela defesa da saúde dos trabalhadores, "Porém, é necessário revisar o modelo que está posto a fim de que eles sejam ampliados e funcionais, já que, infelizmente, nem todos tem uma funcionalidade como deveriam, portanto foi importante acompanhar sua atuação ao longo desses anos para que, hoje, possamos elaborar propostas de mudanças visando corrigir as distorções e imobilidades desse servico que, na sua maioria, sofrem com políticas territoriais impostas pelos governos locais, trazendo prejuízo aos trabalhadores e trabalhadoras, bem como também aos profissionais lotados nesses serviços impedidos de cumprir seu papel", avalia.

Para Renato, da UGT, as propostas que envolvem a ampliação e estruturação dos Cerests também são bem-vindas e vão ajudar a atender as demandas dos trabalhadores. "Devemos lembrar sempre da competência do Cerest e da importante participação na saúde do trabalhador (a) através do controle social, vigilância em saúde, entre outros, e a sua reestruturação irá garantir atendimento com maior amplitude na saúde do trabalhador (a)", salientou.

Sobre o princípio de que, na prática, de que forma os Técnicos de Segurança do Trabalho podem ajudar para essas diretrizes darem certo dentro das empresas, Renato aponta que os TSTs devem assegurar efetivamente que a saúde e segurança dos trabalhadores estão além das NR's. "Por isso, devemos considerar a saúde e segurança dentro e fora do processo laboral, visando os fatores socioambientais, assegurando-lhes a saúde, educa-

ção, moradia, transporte, previdência social, entre outros. Tais fatores são fundamentais no processo do trabalho", avaliou.

Renato observa que, como trabalhador, em prol da saúde e segurança do trabalhador (a), a sua perspectiva após a realização

da conferência é positiva, uma vez que a 4ª CNSST garantiu avanços e conquistas para os trabalhadores (as). "Quanto ao cenário de crise da atualidade nos remete a reflexões das condições de melhorias necessárias para garantir a saúde dos trabalhadores (as), tal responsabilidade está diretamente ligada em sua dualidade (governo-empresário), que, por sua vez, visam a manutenção dos motores públicos e o empresariado o lucro financeiro sempre a qualquer custo, mesmo que o preco seia a vida dos trabalhadores, deixando sempre para segundo plano a saúde e a segurança dos trabalhadores (as), seiam eles públicos ou privados", comenta. Ele finaliza citando uma frase de Alfred Tennyson, que diz que devemos acreditar sempre, pois: "Nunca será tarde para buscar um mundo melhor e novo, se no empenho pusermos coragem e esperanca".

Na prática Rogério, da Força, também acredita que nós, Técnicos de Segurança do Trabalho, podemos ajudar dentro das empresas, em especial para que saibam o quanto as políticas de saúde do trabalhador vêm tomando dimensões abrangentes como essas, que não são diretamente dentro das empresas, mas contribuem com o estado na abordagem e diagnóstico, já que ainda há muitos técnicos e muitas empresas que desconhecem o papel do SUS em saúde do trabalhador. "Além disso, ainda há muitas empresas que ignoram as ações dos Cerest's, portanto um dos nossos papéis é deixar a empresa ciente que entre os diversos atores de Estado que atuam em segurança e saúde do trabalhador um deles é o SUS, na figura de Cerest", aponta.

A perspectiva de Rogério é de que iremos melhorar as ações em saúde do trabalhador e de que logo outros atores de governo instituam políticas estruturadoras de combate aos acidentes e doenças do trabalho, assim como vem fazendo o SUS.



locais do Brasil

Em relação ao cenário de crise que o país vem atravessando atualmente e sua influência para alcancarmos melhorias no setor de SST, ele acredita que "não é só pelo cenário de crise, a luta por melhorias nos ambientes de trabalho é sempre! Nossa história de movimento sindical nasce com a luta por melhores condições de trabalho. independente do cenário político e econômico da época e isso foi há séculos. O capital, hoje, só vai usar esse cenário para pressionar ainda mais o Governo a rever as mudanças em Normas, portarias e políticas de Segurança do Trabalho alegando não ter condições de atender. Vejam as investidas constantes para brecar a NR12, isso já está sendo feito muito antes da crise; vejam o jogo político que desqualificou a NR36; olhem o diagnóstico feito em Caxias do Sul, pelo MPT, no qual de 400 empresas só nove tinham CIPA de verdade. Por isso, não é a conjuntura econômica do país que determina o avanço em Segurança e Saúde do Trabalhador, essa questão, como vimos, é histórica e continuara sendo, pois ao capital o lucro sempre estará na frente do homem!", ilustrou.

participantes oriundas de diversos

Para os trabalhadores Rogério deixa a mensagem de que a luta continua! "Com esse ou com outro cenário, governo é governo e capital é capital. Ambos têm interesses que divergem totalmente dos nossos e das nossas necessidades, portanto é importante estar junto com seu sindicato para fortalecer a luta, pois um outro mundo é possível!", concluiu.



Técnica / nformativa

GRCS - Contribuição Sindical / 2015

Sindicato, pela presente, notifica as Empresas em geral e as que têm em seu

quadro de funcionários o profissional Técnico de Segurança do Trabalho, que desconta na folhaa de pagamento relativa ao Mês de Marco de 2015. na forma do Artigo 582 da CLT, a Contribuição Sindical devida ao Sindicato notificante. Ficam as Empresas notificadas, outrossim, de que deverão fazer o recolhimento das contribuições arrecadadas à favor deste Sindicato na Caixa Econômica Federal, casas lotéricas ou em estabelecimento bancários integrantes do sistema de arrecadação dos tributos federais mediante quias fornecidas pelo Sindicato. Ficam também as Empresas cientificadas que o não recolhimento desta contribuição ao Sindicato notificante, estarão sujeiras às sanções dos Artigos 600, 606 e 608 da CLT.

A Guia para o recolhimento supramencionado poderá ser retirada em nosso site www.sintesp.org.br ou na sede.

Dados para recolhimento: CNPJ 60.266.996/0001-03 Cód de Entidade Sindical:

005.371.86597-3

Rua Vinte e Quatro de Maio, 104-5° andar

República – Capital – SP

Telefone 11 3362,1104

Marcos Antônio Almeida Ribeiro – Presidente;

Elcio Pires – 1º Tesoureiro.

A importância da Contribuição Sindical para o fortalecimento dos benefícios aos TSTs

Um sindicato não defende apenas o seu filiado ou associado. No exercício do seu papel representativo, o SINTESP — Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de São Paulo, defendem, junto aos sindicatos laborais ou diretamente aos empregadores, as conquistas obtidas através de suas ações junto aos órgãos públicos e privados, na defesa de temas de interesse de seus profissionais.

Quando há uma negociação com a categoria laboral, as vantagens alcançadas não ficam restritas a um grupo de profissionais, elas estendem-se a toda categoria de profissionais enquadrados como profissional de categoria diferenciada. Por força de lei, eles são estendidos a todos os trabalhadores que fazem parte da mesma categoria, indistintamente, mesmo que não sejam sindicalizados.

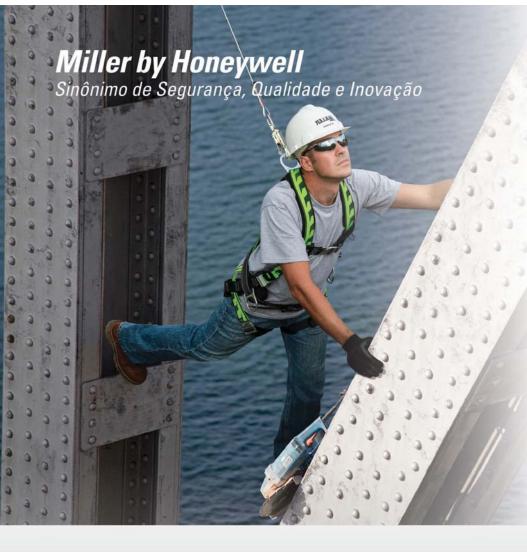
Além de todas estas bandeiras, o sindicato cria e oferece produtos e serviços indispensáveis aos associados, proporcionando assistência jurídica a seus associados, descontos em planos de assistência médica e odontológi-

ca, faculdades, cursos de qualificação profissional, bolsa de emprego para recolocação no mercado de trabalho, dentre outros

Mas sem investimentos nada disso seria possível. É por isso que todo Profissional, sindicalizado ou não, deve recolher, uma vez por ano, a chamada Contribuição Sindical. Ela serve para manter e fortalecer a estrutura sindical, garantindo que ela continue exercendo o seu papel.

Compare o custo com o benefício que o sindicato proporciona ao profissional Técnico de Segurança do Trabalho. Sem o recolhimento da Contribuição Sindical as entidades sindicais, do Profissional de categoria diferenciada, ficam impossibilitadas de desenvolver ações e investir em representatividade, produtos e serviços. Por isto, o profissional deve, uma vez por ano, efetuar este pagamento. A contribuição sindical irá manter e fortalecer seu Sindicato e Federação, garantindo a continuidade do desempenho de seu papel perante a sociedade.

Reafirme o seu compromisso com a entidade representativa de sua categoria econômica, pagando a Contribuição Siguical até 27 de fevereiro. O valor pago uma vez ao ano corresponde de um dia de trabalho do profissional.



Há mais de 5 décadas como líder de mercado, a Honeywell chega ao Brasil oferecendo uma linha completa de produtos e soluções para proteção em altura. Nossos centros de Treinamentos, Pesquisa e Desenvolvimento contam com uma equipe técnica comprometida com a inovação, soluções de engenharia e novas tecnologias garantindo cada vez mais segurança ao trabalhador.

Nossos produtos possuem Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), além de certificações internacionais como ANSI/OSHA (EUA), CE (Europa) e CSA (Canadá) no caso de alguns produtos.



Conformidade de Produtos



Amplo Portfólio



Produtos Inovadores

Líder Mundial em Proteção Contra Quedas

Há mais de 60 anos a marca Miller® atende ao mercado de proteção em alturas.

Nosso reconhecimento foi construído pela entrega de produtos de alta qualidade que permitem a prevenção de acidentes e um ambiente de trabalho seguro.

- Todos os produtos Miller são projetados e testados por engenheiros e técnicos qualificados atendendo as mais rigorosas normas mundiais
- Oferecemos um completo sistema de proteção contra quedas: Cinturões, conectores, ancoragem, kits para resgate, espaço confinado e linhas de vida
- A Miller sempre lança em primeira mão no mercado os produtos mais inovadores



by Honeywell

Saiba mais: hspmarketing.br@honeywell.com www.honeywellsafety.com/br



ieral

Centrais Sindicais alertam Governo de que MPs prejudicam direitos sociais

encontro entre quatro ministros e presidentes de seis centrais sindicais realizado dia 19 de janeiro de 2014, no escritório da Presidência da República em São Paulo, SP, para discussão sobre as medidas provisórias 664 e 665, que alteram regras para acesso a benefícios da Previdência Social, ao seguro-desemprego e ao seguro-defeso (para pescadores), terminou com posições ainda distantes de um acordo. O governo disse que pode discutir o conteúdo das MPs, enquanto os sindicalistas insistem na reivindicação de revogação das medidas. Se isso não acontecer, vão propor mudancas no texto. Mas, ao contrário do que diz o Executivo, afirmam que as medidas trazem, sim, perda de direitos.

Segundo notícia veiculada no portal Rede Brasil Atual, apesar dos argumentos do governo, o presidente da CUT, Vagner Freitas, afirmou que as centrais não abrem mão de direitos "nem que a vaca tussa", em referência a uma frase cunhada durante a campanha eleitoral pela presidenta Dilma Rousseff, para garantir a preservação de direitos trabalhistas. "Também queremos discutir a nossa pauta", avisou, citando temas como fim do fator previdenciário, redução da jornada de trabalho e correção da tabela do Imposto de Renda.

Mais do que isso, ele criticou a mudança de postura do governo, neste momento, ao afirmar que "o Brasil viveu um processo de diferenciação no mundo não sendo ortodoxo", ou seja, não aceitando a linha tradicionalmente sugerida por organismos como o Fundo Monetário Internacional". "A forma e o conteúdo (das medidas) foram açodadas", disse. "Vamos propor alterações. Não é possível que quatro ministros tenham vindo a São Paulo para discutir com as maiores centrais do país... O governo sabe que somos contrários e que não ia nos convencer em duas horas e meia. O governo tem de estar aberto a modificações."

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rossetto, disse que o governo pretende garantir a manutenção dos benefícios sem comprometer a Previdência e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). "As medidas visam a preservar o sistema de proteção social. Queremos preservar a 'financiabilidade' dos fundos (previdenciário e FAT) a médio e longo prazo."



A despeito do descontentamento, o ministro disse que o importante é que foi aberto um diálogo com as centrais sobre o conteúdo das medidas. "É muito importante que fique absolutamente claro que essas medidas não se aplicam aos atuais beneficiários. É uma agenda de futuro", acrescentou. Ele citou algumas transformações estruturais ocorridas nos últimos anos no Brasil: o aumento da formalização do mercado de trabalho, com a abertura de 15,5 milhões de emprego com carteira assinada e a entrada de 30 milhões no sistema previdenciário, o aumento da renda e o crescimento da expectativa de vida. Fatores que, segundo Rossetto, exigem ajustes para garantir a sustentação do sistema de proteção.

Durante as duas horas e meia de reunião (das 17h20 às 19h50), os sindicalistas foram informados sobre medidas anunciadas na data, em Brasília, pelo ministro da Fazenda, Joaquim Lew, e se irritaram. "Está muito em moda a tosse da vaca, mas nós aqui levamos um drible da vaca", ironizou o presidente da Força Sindical, Miguel Torres. Levy anunciou a elevação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre os combustíveis e do retorno da Contribuição para Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Para Torres, essas novas medidas, somadas ao provável aumento dos juros pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central, que se reuniu na mesma semana, afetarão diretamente o crédito e o consumo, "em um momento em que precisamos aquecer a economia". Antes da reunião, dirigentes da Força já alertavam que vão à Justiça contra as medidas provisórias.

Participantes da reunião acreditam que, na negociação com o governo, há possibilidade de mexer em pelo menos no item relativo ao seguro-desemprego. A MP aumentou de seis para 18 meses de contrato o tempo mínimo para requerer o benefício pela primeira vez. Eles acreditam que é possível reduzir esse período. A partir da semana que vem, haverá reuniões entre assessores técnicos do governo e das centrais.

Rossetto disse que o governo não cogita discutir um imposto sobre grandes fortunas, como sugeriu o presidente da CUT. Quanto ao fim do fator previdenciário, afirmou apenas que se trata de um item da agenda das centrais sindicais e que será avaliado.

As entidades já marcaram um dia nacional de luta, dia 28/1, e uma marcha em 26 de fevereiro. O presidente da CSB, Antônio Neto, vê um cenário de disputa no governo, entre forças sociais e do setor financeiro. "Vamos disputá-lo palmo a palmo com o mercado."

Depois da reunião, apenas o ministro Rossetto falou com a imprensa. Também estavam presentes Nelson Barbosa (Planejamento), Manoel Dias (Trabalho e Emprego) e Carlos Gabas (Previdência Social), Pelas centrais, os seis presidentes das entidades reconhecidas formalmente: Vagner Freitas (CUT), Miguel Torres (Força), Ricardo Patah (UGT), Antônio Neto (CSB), Adilson Araújo (CTB) e José Calixto (Nova Central), além do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques. Apenas os quatro primeiros participaram de entrevista coletiva.

Segundo o Blog do Planalto, Nelson Barbosa disse que as medidas visam a garantir a sustentabilidade dos programas sociais e contribuem para ajustes de curto e médio prazos. "Nós também não
pretendemos atingir os atuais pensionistas, o que
queremos é corrigir distorções e garantir a sustentabilidade dos programas e manter a política de
valorização dos salários", acrescentou Gabas. •



SINTESP firma convênio que concede descontos na compra de EPIs

ercebendo a dificuldade que o Técnico de Segurança do Trabalho, que não trabalha em empresa, tem em adquirir EPIs para uso pessoal, como uma botina de segurança, um capacete, um cinto de segurança ou um outro equipamento de proteção, devido ao preço ser alto, uma vez que ele não compra em grande quantidade, ao contrário das empresas que por adquirirem remessas maiores pagam preços mais convidados, além de outros problemas, como os revendedores serem escassos, entre outras dificuldades, o SINTESP firmou um convênio de desconto com a DAN-TEC SAFETY Soluções em Segurança do Trabalho, para comercialização de EPIs aos associados e ou seus respectivos dependentes legais.

Com isso, os associados em dia com a sua contribuição associativa poderão adquirir os equipamentos com descontos e recebê-los em sua casa.

Por meio deste convênio, a DANTEC SAFETY se compromete a:

a) Conceder descontos de 30%, para protetor auricular tipo plug, abafador, descontos de 20%, para as luvas, óculos, capacete e botinas; 10% para equipa-

mentos para trabalho em altura; descontos de 5%, para os demais produtos.

- b) Efetuar a entrega do produto adquirido, em endereço fornecido pelo TST adquirente.
- c) Dependendo da localidade, será cobrado taxa de entrega.
- d) A taxa de entrega será informada antes de efetuada a formalização da compra.

Além dos descontos, dependendo do valor da compra, a DANTEC SAFETY poderá parcelar o pagamento.







Sindiquímicos abordou o tema Introdução a Higiene Ocupacional na 3ª Oficina de Estudo de Saúde

Departamento de Saúde, Segurança e Meio Ambiente do Sindiquímicos – Sindicato dos Químicos de Guarulhos e Região, em parceria com o SINTESP e apoio da Instrutemp, realizou a 3º Oficina de Estudo de Saúde abordando o tema "Introdução a Higiene Ocupacional". O evento, realizado na sede do Sindiquímicos, dia 20 de setembro de 2014, reuniu técnicos em Segurança do Trabalho, profissionais de RH, estudantes e trabalhadores de diversas categorias.

O diretor licenciado do departamento de Saúde, Segurança e Meio Ambiente do Sindiquímicos e secretário adjunto Municipal do Trabalho, Nelson Agostinho Oliveira, Nelsão, ressaltou a importância de se discutir assuntos pertinentes a saúde e segurança no ambiente de trabalho com os presentes no evento, como forma de prevenção à saúde. "A conscientização sobre a Higiene Ocupacional traz importantes esclarecimentos de responsabilidades dos trabalhadores, gestores e empresa quanto a necessidade de se promover um ambiente de trabalho seguro e com qualidade de vida", diz.

Selma Rossana da Silva, vice-presidente do SIN-TESP — Regional Guarulhos, ressaltou a parceria



Representando o SINTESP, Jorge Gomes (em pé), falou sobre agentes químicos, agentes físicos e biológicos, avaliação dos riscos e da exposição e implantação de medidas de controle, entre outros

para a realização das oficinas e da participação do trabalhador na construção de debates importantes sobre o mundo do trabalho. "Esta parceria está dando fruto e a cada edição contamos com a participação de mais trabalhadores e estudantes que buscam informações sobre o mundo do trabalho". considera.

Em sua explanação teórica sobre o assunto, Jorge Gomes, voluntário do SINTESP, tratou de riscos considerados, como agentes químicos, agentes físicos e biológicos, reconhecimento destes riscos, avaliação dos riscos e da exposição e implantação de medidas de controle, entre outros. Marcos Bastos, instrutor da Instrutemp, falou da parte prática do tema e apresentou os aparelhos usados para avaliações e diagnósticos dos riscos.

Eliana Cardoso dos Santos, diretora do departamento da Mulher do Sindiquímicos, prestigiou o evento e elogiou a participação dos trabalhadores e estudantes. "Muito bom encontrarmos trabalhadores interessados em participar de eventos que trazem esclarecimentos que podem ser aplicados no ambiente de trabalho e servem para prevenção e promoção à saúde".

Diretoria da Diversidade do SINTESP participou do 4º Divino Encontro

SINTESP, através da Diretoria da Diversidade, apoiou e participou da quarta edição do Divino Encontro, realizado na Praça Roosevelt, no centro de São Paulo, SP. O tradicional evento, baseado nas festas do Divino, reuniu atrações folclóricas, artesanato, moda, gastronomia, serviço social e muita diversão para todas as idades.

Para participarem do evento, realizado pela ONG Sol do Vale e Prefeitura de São Paulo através da São Paulo Turismo, as pessoas doaram 1 quilo de alimento ou 1 brinquedo.

Sobre a importância de apoiar e participar de eventos como esse, Mirdes Oliveira, diretora da Diversidade do SINTESP, informa que a entidade

visa, especialmente, mostrar ao público que o Técnico de Segurança do Trabalho enxerga o meio social em que vive e que ele deve contribuir para melhorar esse meio.

A observação partiu da premissa de que esta edição do evento colaborou com a Associação Caminhando para um Futuro Melhor, que cuida de 100 crianças em situação de vulnerabilidade. "Crianças em situação de vulnerabilidade social estão expostas a qualquer risco e quando fala em risco ele também está diretamente

ligado à segurança, o que envolve a atuação dos TST's também", exemplificou a diretora.



A diretora Mirdes (primeira à esquerda) e o diretor do SINTESP, Cosmo Palásio (primeiro à direita) representaram os TST's no evento

₫ 1° PASSO ♥☆

CAS aprova aposentadoria especial mesmo com uso de EPI

Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou no último dia 12 de novembro de 2014, projeto que confirma o direito a aposentadoria especial aos trabalhadores que usem Equipamento de Proteção Individual (EPI) em condições especiais de trabalho. Se não houver recurso para votação em Plenário, o projeto segue para a Câmara dos Deputados.

De autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 58/2014 garante que o fornecimento de equipamento de proteção individual (EPI) não descaracteriza as condições prejudiciais à saúde ou à integridade física que justifiquem a aposentadoria especial. A controvérsia nasceu de uma iniciativa do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), que, por meio de recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal (STF), defende que fornecer EPI retira do trabalhador o direito de pleitear aposentadoria especial.

O STF já reconheceu a repercussão geral da questão e paralisou todos os processos judiciais que tratam do mesmo tema e tramitam



em outras instâncias. A proposta do senador gaúcho alerta a Lei 8.213/1991.

Atualmente, a aposentadoria especial é paga a quem trabalha por 15, 20 ou 25 anos, conforme o caso, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. O tempo de trabalho necessário para se aposentar diminui de acordo com a nocividade do agente a que o trabalhador foi exposto.

Segundo o relator, Cyro Miranda (PSDB-GO) é o Poder Executivo, por meio do Decreto 2.171/1997, que classifica os agentes nocivos prejudiciais à saúde ou à integridade física da pessoa para a concessão do benefício. Cyro explicou que, até que o STF se posicione definitivamente sobre o assunto, muitas aposentadorias poderão ser represadas ou submetidas a um patamar jurídico inferior.

O relator fez apenas uma emenda de redação para deixar claro que o fornecimento e o uso de EPI, por si só, não eliminam os agentes nocivos ou o risco que caracteriza o trabalho em condições especiais.



ÁGUIA DE FOGO

CENTRO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO

Treinamentos



Brigada de incêndio



Primeiros socorros-DEA



Emergências Químicas



Espaço Confinado



Brigada Outdoor



Trabalho em Altura NR 35

Equipamentos



Serviços



Treinamentos especiais



CONHEÇA NOSSAS UNIDADES Mogli das Cruzes -SP

























Supremo suspende lista suja do trabalho escravo e causa polêmica

Judiciário nem comecou suas atividades de 2015 e já vive uma polêmica em relação à constitucionalidade de norma existente há 11 anos: a chamada "lista suia" do trabalho escravo. No final de 2014, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu liminar suspendendo a divulgação da lista até o julgamento de uma ação que pede para tal cadastro ser avaliado. No dia 16 de janeiro de 2015, a Procuradoria-Geral da República apresentou agravo regimental ao STF solicitando a liberação, por considerar que em nada fere os princípios constitucionais. O recurso esquentou ainda mais o debate sobre o tema

A lista do trabalho escravo é publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é publicada desde 2003. É resultado das operações de fiscalização dos grupos móveis de fiscalização integrados por auditores do MTE, do Ministério Público do Trabalho e agentes da Polícia Federal. O grupo investiga denúncias de uso de mão de obra em condições análogas à escravidão e tem, entre suas finalidades, informar empresas, entidades da sociedade civil e instituições financeiras que participam do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo sobre empregadores flagrados. E estimular que regularizem a situação e não tornem a repetir a irregularidade, sob pena de ter restrição ao crédito e sofrer boicote dentro de sua cadeia de clientes e fornecedores.

Esse cadastro foi contestado, em 22 de dezembro do ano passado, por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) apresentada ao STF pela Associação Brasileira

Former Rever Broad Artus

de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc).

O argumento apresentado pela entidade é de que a lista não poderia ter sido criada pelo Executivo sem previsão de lei e que a matéria deveria ter sido submetida, antes, ao Congresso Nacional. A Abrainc também enfatizou, na ADI, que da forma como são incluídos os nomes no cadastro não é dado às empresas o direito à ampla defesa. quando muitas que são citadas, conforme o texto da ação, "não praticam trabalho análogo à escravidão: simplesmente deixaram de cumprir itens específicos da legislação trabalhista".

O presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, responsável pela concessão da liminar, foi ironizado por advogados pelo fato de tê-la proferido no dia sequinte em que

a ação foi protocolada — e no apagar das luzes do final do ano. Lewandowski afirmou, ao justificar a decisão, que apesar de considerar "louvável" a intenção em criar o cadastro de empregadores, concorda com o ponto de vista apresentado por entender que o caminho para a formação do cadastro deveria ter sido uma lei

O ministro também acrescentou que as empresas deveriam ter assegurado o contraditório e a ampla defesa, antes de serentidadas — o que, a seu ver, não é o que acontece na divulgação dos nomes do cadastro.

Para o auditor-fiscal do Trabalho Alexandre Lyra, chefe da Di-

visão de Erradicação do Trabalho Escravo da Secretaria de Inspeção do Trabalho (vinculada ao MTE), a notícia é triste para os que lutam há 20 anos contra essa prática.



Rosa Maria, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, afirmou que interessa ao Brasil o combate ao trabalho escravo e quem vai contra esta iniciativa, certamente, é detentor de objetivos espúrios

"Pela primeira vez, em 11 anos, não teremos a atualização ordinária do cadastro de
empregadores que tenham
submetido trabalhadores a
condições análogas às de
escravos. Tenho fé que o STF
repensará o ato impeditivo da
publicação e, mais uma vez,
se posicionará a favor dos
elementares princípios que
defendem a dignidade humana", enfatizou, ao acrescentar
que haverá reação contra a
suspensão.

"Ao Brasil interessa o combate ao trabalho escravo. Se os empreiteiros agem desta forma, manifestam claramente que defendem interesses es-

púrios, que não defendem interesses públicos", completou a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosa Maria Campos Jorge.

Acesso à informação No agravo regimental apresentado na última sexta-

sentado na última sextafeira pela PGR, a vice-procuradora da República, Ela Wiecko, ressalta que a liminar suspendendo a lista prejudica o direito constitucional de acesso à informação e o combate ao trabalho escrayo.

"A inclusão na lista, por si, não representa penalidade, pois a divulgação dos nomes das empresas que se valem do trabalho em condições à de escravidão tem por objetivo conferir publicidade às ações desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho. Prejuízos de

ordem moral que empresa incluída no cadastro possa ocasionalmente experimentar não são justificativa plausível para o sigilo dessas informações", acentuou Ela Wiecko.



A vice-procuradora da República, Ela Wiecko, alerta que os prejuízos de ordem moral que as empresas incluídas no cadastro possam vir a sofrer não são justificativas consideráveis para o sigilo dessas informações



Anteriormente, o Ministério Público já tinha encaminhado parecer sobre o caso ao STF, referente a outra ação - ainda não julgada – de caráter semelhante movida pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA). No seu parecer, o MP salientou que não considera necessária uma lei específica para que a administração pública tome a iniciativa de divulgar suas ações e pediu a extinção do processo, sem resolução de mérito, por entender que há "ilegitimidade ativa e inidoneidade do objeto da arquição de inconstitucionalidade"

As duas ações foram distribuídas para a ministra Carmen Lúcia Antunes Rocha, que pegou as respectivas relatorias. Caberá à magistrada, daqui por diante, decidir os rumos da divulgação destes empregadores no país - o que só poderá acontecer a partir de 2 de fevereiro, quando o Judiciário retoma os trabalhos.

Manobras

Atualizada semestralmente, a lista do trabalho escravo tem sido alvo constante de manobras por parte de representantes do empresariado e da bancada ruralista, que

apontam o que chamam de "injusticas" e vivem sugerindo alternativas com o objetivo de mudar as regras para a divulgacão dos nomes flagrados pelos fiscais do trabalho.

No último ano, a relação foi objeto de discussões constantes durante a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional que criminaliza o trabalho escravo. aprovada pelo Congresso. A principal crítica das duas bancadas (empresarial e ruralista) diz respeito a dubiedades que possam existir em relação ao conceito do trabalho escravo.

Na última vez em que foi atualizada. em junho passado, a listagem tinha 609 empregadores flagrados pela prática de tal ilegalidade, sendo o estado do Pará o de major incidência de empresas - 27% dos casos. Com a suspensão do cadastro, a atualização referente a dezembro de 2014 não pôde mais ser divulgada.

"A decisão representa um retrocesso inimaginável no combate ao trabalho escravo no Brasil", criticou o auditor-fiscal do Trabalho Carlos Silva

CET divulga vagas para cursos gratuitos

nscreva-se para os cursos online de Direção Segura e Pilotagem Segura da CET - Companhia de

Engenharia de Tráfego. Os cursos são gratuitos e certificados Seaundo o Centro de Treinamento e Educação de Trânsito - Cetet, do Departamento de Educação a Distância - DED, ainda há disponibilidades de vagas para 2015!

Para mais informações e inscrição acesse o link abaixo:

Para ser direcionado para

o site clique na imagem.

- http://goo.gl/FuwiaB
- http://goo.gl/p0KxEy



Grupo ABCESP - São Paulo.

Site: www.abcesp.com.br

e-mail: marketing@abcesp.com.br

Fone: 11 3825-0198 / 38249614

ABCESP

Um novo conceito em aestão de segurança contra incêndio.



Desconto em Cursos e Serviços

para TST associado ao Sintesp.

Geral

Pesquisa avalia qualidade de perícias médicas na Justiça do Trabalho

advogado trabalhista Geancarlo Boges Caruso defendeu a dissertação de mestrado "Doenças associadas ao asbesto e a prova pericial na Justiça do Trabalho" no Programa de Pós-Graduação em Trabalho, Saúde e Ambiente da Fundacentro, em 19 de dezembro de 2014. O objetivo da pesquisa foi avaliar a qualidade das perícias médicas sobre doenças relacionadas ao trabalho com asbestos, lavradas nas ações indenizatórias julgadas pela Justiça de Trabalho.

Para tanto, o pesquisador desenvolveu um instrumento de análise de nexo causal baseado nos critérios de causalidade de Austin Hill, que foi aplicado em 34 laudos periciais, por dois julgadores de forma independente, que são médicos e especializados em asbesto. As perícias foram selecionadas na base de dados do site do TRT/SP a partir das palavras asbesto e amianto.

"Não identificamos nos avaliadores uma concordância sobre nexo causal, nem em relação à análise do motivo da demanda. Os laudos foram muitas vezes pouco daros", explica Caruso. Mas, em 10 laudos, os avaliadores consideraram suficientes as informações para avaliação do nexo causal. Em segunda etapa, foram sorteados seis laudos e reencaminhados para os avaliadores. Não houve diferença significativa nas duas avaliações.

Segundo o mestre, constatou-se ausência de clareza do perito e a baixa qualidade dos laudos nos processos analisados. Mesmo assim os laudos têm alto índice de influência nos julgamentos. "A conclusão dos peritos influencia fortemente a decisão do juiz, que acolheu a conclusão do perito em 91,18% dos casos, 31 dos 34 laudos analisados. Em 70,59% dos casos o perito concluiu pela existência de nexo causal", afirma Caruso.

A pesquisa contou com a orientação do médico pneumologista e doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo -

USP, Eduardo Algranti, que é pesquisador da Fundacentro e referência nos estudos sobre amianto. Já o engenheiro Eduardo Garcia Garcia, também pesquisador da instituição e doutor em Saúde Pública pela USP, foi coorientador do projeto.

"O Caruso pegou o método e cumpriu basicamente o que eu estava esperando. Eu gostaria que ele continuasse nessa área de saúde e direito, pois tem muito a contribuir", avalia Eduardo Algranti. Já para Garcia, a pesquisa, que teve o instrumento de análise montado especificamente para esse trabalho, trouxe um resultado relevante



e professor de direito do trabalho e seguridade social da Faculdade de Direito da USP, Homero Batista Mateus da Silva, acredita que há muito a ser feito na área de perícias e que o tema estudado é de grande importância. "Seu trabalho é valoroso por mostrar a relação entre a matéria médica e o direito", afirma o professor.

O juiz relatou que a Justiça do Trabalho vive um processo de transição para centralização das perícias. Atualmente os médicos que fazem a perícia são particulares, recebem pagamentos precários e não têm possibilidade de pedir exames. Alguns trabalhadores já chegam com exames, mas muitos laudos não têm esse respaldo. A ideia é ter um corpo fixo de peritos para concentrar todas as perícias. "Entregou o laudo, recebe. O destino do processo não lhe diria mais respeito", explica Homero da Silva.

Também membro da banca de avaliação, Ricardo Lorenzi, tecnologista da Fundacentro e doutor em Saúde Pública pela USP, avalia que a pesquisa evoluiu muito bem desde a qualificação, incorporando as sugestões. "Você retratou bem essa interface entre a área jurídica e a da saúde. Sua contribuição é por ineditismo e originalidade", afirma Lorenzi. A estrutura do trabalho foi considerada adequada e houve equilíbrio entre revisão bibliográfica e o trabalho de campo.

A defesa ainda contou com a presença do suplente da banca, o juiz do Trabalho e professor da Faculdade de Direito da USP, Guilherme Guimarães Feliciano, que ficou "muito satisfeito com o resultado final".

clínica Dr. Flávio de Oliveira Campos

Especializada em Medicina do Trabalho

- Exame Clínico
- Admissional
- Periódico
- Demissional
- Emissão do ASO
- Elaboração de PCMSO
- Exames Laboratoriais
- Parceria com Técnicos de Seguranca do Trabalho

Atendimento de 2ª a 6ª das 8h às 16H45 sem intervalo

Rua Vergueiro, 1883 - Cj. 71 - V. Mariana (Entre as estações do metrô Paraíso e Ana Rosa)

Tels.: 11 5575-1969 / 5572-0781 / 5083-0797

www.drflaviocampos.com.br flavio.de.campos@terra.com.br



Na compra de um Dosímetro DOS-500

Pagamos R\$500,00 no seu Dosímetro Antigo*

Válido para qualquer marca e modelo, serão aceitos dosímetros funcionando ou não.



Lique e Adquira (11) 2144-2800 Instrutherm 30 Anos. Quem Ganha é você!

De: R\$2.248.00 Por: R\$1.748,00 (na troca)

Dosímetro de Ruído Digital Mod. DOS-500

- Fabricado conforme as normas: ANSI S1.25 (1991)
- ISO 1999 BS 402 (1983)
- Escala: 70 a 140dB
- · Precisão: ± 1.5dB
- · SPL (Decibelímetro), DOSE, LEQ, (Projeção para 8 horas)
- · Classe 2 Tipo II
- Registro de Dados com autonômia de 40h: (5 eventos de 8 horas)
- · Função: Bloqueio de Teclado
- · Nível de Critério: 80, 84, 85 ou 90dB (selecionável)
- · Microfone de eletreto consensado · Resposta: Rápida e Lenta
- · Detector de Nível Alto: 115dB
- · Capacidade: 5 eventos
- * Somente para compras através da Central de Vendas. Condição válida até 16/03.



Meio Ambiente

Crise hídrica exige medidas urgentes para o consumo racional da água

ogo após assumir o cargo, dia 12 de janeiro de 2015, Jerson Kelman, novo diretor-presidente da Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo admitiu que a redução da pressão na distribuição de água, que é praticada desde 1997, será intensificada este

ano. A afirmação foi feita durante entrevista coletiva realizada na sede da companhia, no final da tarde do dia 14 de janeiro, na zona sul da capital paulista.

A redução da pressão, aplicada para diminuir perdas nos canos que levam a água a residências, indústrias e estabelecimentos comerciais, é aquela que tem feito bairros em regiões mais altas da cidade a ficarem sem o recurso com grande frequência nos últimos meses. Na prática, aumentar o intervalo na redução da pressão, conforme anunciado pelo presidente

Campanha Associativa 2015

INDIQUE CINCO TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA ASSOCIADOS E GANHE UM CURSO NO SINTESP DE 15 HORAS À SUA ESCOLHA!

Para que o profissional tenha direito ao curso, os cinco indicados, além de serem Técnicos de Segurança do Trabalho formados, deverão, em até três meses da indicação, ter sua condição de associados efetivada através de cadastro, envio de toda documentação solicitada e efetuar o pagamento da anuidade.

Participe!!!

Mais informações: 11 **3362-1104**

www.sintesp.org.br sintesp@sintesp.org.br da empresa, significa mais tempo sem água para uma quantidade ainda maior de pessoas vivendo sob esse regime – atualmente calculado em 800 mil pela Sabesp.

Kelman alerta que ainda estamos no período de chuvas, então temos de torcer por mudanças, mas o cenário é ruim e deve ficar ainda pior em 2015 do que em 2014 se permanecermos nesta situação. Segundo ele, o objetivo da redução foi sempre o de diminuir os vazamentos. "E, claro, neste cenário ruim, podemos aprofundar isso ainda mais "

Para ajudar a Justiça autorizou que o governo estadual de São Paulo cobre a sobretaxa para quem aumenta o consumo de água. A decisão é do presidente do Tribunal de Justiça, José Renato Nalini, que anula uma decisão de primeira instância que havia suspendido a sobretaxa.

De acordo com a decisão, "ninguém sobrevive sem água. A tarifa de contingência obteria economia aproximada a 2.500 litros por segundo, volume capaz de abastecer mais de 2 milhões de consumidores", afirma.

Quem tiver consumo igual ou menor que 20% terá 40% de acréscimo na conta de água (desconsiderando o serviço de esgoto, que representa metade da conta cobrada pela Sabesp). Já os consumidores que gastarem acima de 20% em relação a sua média terão ônus adicional de 100% na conta.

Para sofrer menos com a crise hídrica o ideal é adotar medidas para o consumo racional da água no seu dia a dia. A Uniagua — Universidade da Água, informa os dez mandamentos para economizar água:

- 1 No Banho: Se molhe, feche o chuveiro, se ensaboe e depois abra para enxaguar. Não fique com o chuveiro aberto. O consumo cairá de 180 para 48 litros.
- **2 Ao escovar os dentes:** escove os dentes e enxágue a boca com a água do copo. Economize 3 litros de água.



4 - Na torneira: Uma torneira aberta gasta de 12 a 20 litros/ minuto. Pingando, 46 litros/dia. Isto significa 1.380 litros por mês.

Feche bem as torneiras.

- **5 Vazamentos:** Um buraco de 2 milímetros no encanamento desperdiça cerca de 3 caixas d'água de mil litros.
- **6 Na caixa d'água:** Não a deixe transbordar e mantenha-a tampada.
- 7 Na lavagem de louças: Lavar louças com a torneira aberta, o tempo todo, desperdiça até 105 litros. Ensaboe a louça com a torneira fehada e depois enxágue tudo de uma vez. Na máquina de lavar são gastos 40 litros. Utilize-a somente quando estiver cheia.
- **8 Regar jardins e plantas:** No inverno, a rega pode ser feita dia sim, dia não, pela manhã ou à noite. Use mangueira com esguicho-revólver ou regador.
- 9 Lavar carro: com uma mangueira gasta 600 litros de água. Só lave o carro uma vez por mês, com balde de 10 litros, para ensaboar e enxaguar. Para isso, use a água da sobra da máquina de lavar louça.
- 10 Na limpeza de quintal e calçadas use vassoura: Se precisar utilize a água que sai do enxágue da máquina de lavar.

22







Inovação aliada à tradição e vantagens que só a Promat oferece:

- Forro em poliamida oferece maior conforto e maleabilidade.
 - Revestimento em PVC para uma excelente abrasão (Nível 4).
 - Ideal para manuseio de peças úmidas ou oleosas.





D 1: :1	
Poliamida sem costura	
PVC / dorso ventilado	
Liso	
Tricotado com elástico	
33.325	
7-8-9-10	

Aplicações

- · Indústria metal-mecânica
- Manutenção industrial
- · Manuseio de peças úmidas ou oleosas
- Agricultura
- · Carga e descarga de materiais
- Coleta de lixo
- Construção civil





aminoir de legirloção atlos

FONTE COMPLETA E SEGURA HÁ MAIS DE TRÊS DÉCADAS.

CONTEÚDO ÁGIL E DE FÁCIL MANUSEIO, COM ÍNDICE REMISSIVO.

CARACTERES E ESPAÇAMENTO MAIORES QUE FACILITAM A LEITURA.

A íntegra das normas regulamentares números 1 a 36 e principais legislações complementares organizadas e atualizadas por uma equipe especializada da Atlas. Com as alterações das NRs 4, 13, 22, 28, 34 e 35.

30% DE DESCONTO PARA ASSOCIADOS DO SINTESP

*um exemplar por associado

74° Edição (2014) | 1064 Páginas

74 Edicão

de R\$ 72.00

por R\$ 50,40

Compre pelo (11) 3362-1104 ou na sede do SINTESP: na Rua 24 de Maio, 104 - 5º andar - República www.sintesp.org.br





G